

FELIPE JOSÉ ANSALONI BARBOSA
LEONARDO DE OLIVEIRA THEBIT

CREDECIAMENTO

DO CONCEITO À OPERACIONALIZAÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS

Detalhado manual para implementação
do credenciamento nos regimes jurídicos:

- Nova Lei de Licitações
- Lei das Estatais
- Regulamentos das Entidades do Sistema S

FELIPE JOSÉ ANSALONI BARBOSA
LEONARDO DE OLIVEIRA THEBIT

PREFÁCIO JAIR SANTANA



FORUM

O Direito Administrativo brasileiro cada vez mais testemunha o surgimento de novas estratégias e modelagens de contratações públicas, com práticas de gestão modernas e mais adequadas aos desafios de um mercado em constante evolução.

Nesse diapasão, uma das respostas encontradas na realidade prática da Administração Pública tem sido o emprego do *credenciamento* como ferramenta para se alcançar maior eficiência, celeridade e praticidade na efetivação das compras públicas.

Por ser um método de contratação mais flexível, simples e arrojado, o credenciamento vem ocupando um espaço cada vez maior na atuação dos gestores públicos, possibilitando o compartilhamento de riscos com os particulares, a implementação de projetos inovadores e, até mesmo, revolucionários a custos relativamente reduzidos.

Com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (chamada Nova Lei de Licitações), o credenciamento recebe recepção normativa expressa e novos contornos jurídicos para sua aplicação. Surgem, nesse contexto, muitas dúvidas: quando é possível contratar mediante o credenciamento? Quais requisitos essenciais devem ser observados para que o credenciamento não contenha vícios e ilicitudes? Dúvidas cujas respostas podem representar a diferença entre uma compra pública que atende ou não atende aos princípios basilares do Direito Administrativo.

Essas são algumas das questões, demandas e desafios que a presente obra se propõe a enfrentar. Este livro foi concebido a partir da consolidação de um alicerce teórico doutrinário robusto para o instituto e desenvolvido com um enfoque eminentemente prático, claro e objetivo, voltado para a solução de problemas reais e contemporâneos na realidade da gestão pública no Brasil.

CREDECIAMENTO

DO CONCEITO À OPERACIONALIZAÇÃO

Prefácio

Jair Santana

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

DIREITO MUNICIPAL, DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO PÚBLICO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10003323

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B238c	Barbosa, Felipe José Ansaloni
	Credenciamento: do conceito à operacionalização nas compras públicas / Felipe José Ansaloni Barbosa, Leonardo de Oliveira Thebit. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 139p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-403-7
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Municipal. 4. Direito Constitucional. 5. Direito Público. I. Thebit, Leonardo de Oliveira. II. Título.
	CDD 341.3
2022-1413	CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BARBOSA, Felipe José Ansaloni; THEBIT, Leonardo de Oliveira. *Credenciamento: do conceito à operacionalização nas compras públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 139p. ISBN 978-65-5518-403-7.

Felipe José Ansaloni Barbosa

Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes. Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos. Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Administração pela Fundação João Pinheiro. CEO da 11E Licitações. CEO do Ansaloni Advogados.

Leonardo de Oliveira Thebit

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Direito pela UFMG. Consultor jurídico na 11E Licitações e redator acadêmico.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Jair Santana	13
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2	
CONCEITO.....	21
2.1 O Credenciamento na doutrina e na Nova Lei de Licitações.....	24
2.2 Substrato fático.....	26
2.3 O credenciamento na jurisprudência e pareceres	27
CAPÍTULO 3	
DIFERENÇAS ENTRE O CREDENCIAMENTO E OUTROS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES.....	31
3.1 Pré-qualificação.....	31
3.2 Procedimento de Manifestação de Interesse.....	32
3.3 Sistema de Registro de Preços	32
3.4 Registro cadastral.....	33
CAPÍTULO 4	
REQUISITOS LEGAIS.....	35
4.1 Inexigibilidade de licitação.....	35
4.2 Nova Lei de Licitações	37
4.3 Requisitos principais	44
CAPÍTULO 5	
PRÁTICA – QUANDO FAZER? COMO FAZER?	47
5.1 Oficialização da demanda	47
5.2 Planejamento da Contratação	48
5.2.1 Estudo técnico-preliminar de inviabilidade de competição.....	48
5.2.2 Termo de Referência.....	50
5.2.2.1 Fundamentação da contratação.....	51
5.2.2.2 Critérios de aceitação do objeto	52
5.2.2.3 Os deveres do contratado e do contratante	53
5.2.2.4 Documentação para qualificação técnica e econômico-financeira	54
5.2.2.5 Fiscalização e gestão do contrato.....	54
5.2.2.6 Prazos	55
5.2.2.7 Sanções	55
5.2.2.8 Nova Lei de Licitações	56
5.2.3 Edital de credenciamento	57
5.3 Seleção dos interessados	58
5.4 Gestão e fiscalização da contratação	59
CAPÍTULO 6	
ESTUDOS DE CASOS.....	61
6.1 Edital de Credenciamento nº 1/2020 – Tribunal de Contas da União.....	62
6.1.1 Seção I – Do objeto.....	63
6.1.2 Seção IV – Do recebimento das propostas	63
6.1.3 Seção V – Do requerimento do candidato.....	64

6.1.4	Seção VI – Do descredenciamento.....	66
6.1.5	Seção VII – Da execução dos serviços.....	68
6.1.6	Seção VIII – Das obrigações do credenciado	71
6.1.7	Seção IX – Das obrigações do credenciante	73
6.1.8	Seção XVIII – Do reajuste dos preços unitários.....	75
6.2	Chamamento Público nº02/2018 – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTrans	76
6.2.1	Capítulo 2 – Objeto	79
6.2.2	Capítulo 3 – Condições de participação	79
6.2.3	Capítulo 4 – Documentos para habilitação	80
6.2.4	Capítulo 6 – Do teste de conformidade	84
6.2.5	Capítulo 8 – Procedimentos para a contratação.....	88
6.2.6	Capítulo 12 – Remuneração do credenciado	89
6.3	Credenciamento SEBRAE/PE – Edital 01/2019.....	90
6.3.1	Objeto.....	92
6.3.2	Condições para o credenciamento	92
6.3.3	Etapas do processo de credenciamento.....	95
6.3.4	Contratação para prestação de serviços	99
6.3.5	Acompanhamento e avaliação da prestação de serviços	100
6.3.6	Pagamento da prestação de serviços e despesas com viagens.....	102
6.3.7	Suspensão e descredenciamento	103

CAPÍTULO 7

	ANÁLISE DE NORMATIVOS DE CREDENCIAMENTO.....	107
7.1	Decreto Estadual nº 4.507/2009 do Estado do Paraná.....	107
7.1.1	Capítulos I e II – Objetivo do Regulamento e fundamento legal.....	108
7.1.2	Capítulo III – Etapas do credenciamento	109
7.1.3	Capítulo IV – Da distribuição das demandas.....	111
7.1.4	Capítulo V – Da contratação	112
7.1.5	Capítulo VI – Da execução do contrato	113
7.1.6	Capítulo VII – Da avaliação de desempenho e controle de qualidade	119
7.2	Decreto Estadual nº 37.769, de 5 de abril de 2017 do Estado do Amazonas.....	120
7.3	Lei Estadual nº 9.090 do Estado do Espírito Santo	124
7.4	Resolução Consad nº 037 de 13/11/2018 (Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB).....	125
7.5	Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEMIG.....	128
7.6	O credenciamento no Sistema S.....	129

CAPÍTULO 8

	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
--	---------------------------	-----

	REFERÊNCIAS.....	135
--	------------------	-----